



Terras
do Côa

da Malcata ao Reboredo

os valores do Côa

Ficha Técnica

Título

Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo
Os Valores do Côa

Promotor e Editor

Estrela-Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda

Concepção e Coordenação

Parque Arqueológico Vale do Côa

Fotografia e Secretariado

Centro Nacional de Arte Rupestre

Edição co-financiada por

Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA)
Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR)

Design Gráfico

José Luís Madeira

Execução

SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem

1500 exemplares

Depósito legal

124831/98

ISBN

972-97832-0-9

1998

Fotografia da capa

Gravura rupestre de 1944, Foz do Rego da Vide, Vale do Côa (CNART)

Terras do Côa Da Malcata ao Reboredo

COORDENAÇÃO:

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

FOTOGRAFIA:

Manuel Almeida

AUTORES:

ALEXANDRA CERVEIRA PINTO S. LIMA

Mestre em Arqueologia (Instituto de Conservação da Natureza, colaboradora do Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANA MARGARIDA CARVALHEIRA

Mestre em História de Arte

ANTÓNIO FAUSTINO DE CARVALHO

Mestre em Pré-História e Arqueologia (Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Arqueólogo (Director do Centro Nacional de Arte Rupestre)

FERNANDO MAIA PINTO

Arquitecto (Director do Parque Arqueológico Vale do Côa)

FRANCISCO SANDE LEMOS

Doutorado em Pré-história e História da Antiguidade (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

GASPAR MARTINS PEREIRA

Doutorado em História Contemporânea (Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; coordenador do Grupo de Estudos Históricos da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto - GEHVID)

GONÇALVES GUIMARÃES

Mestre em Arqueologia (Director da Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, V.N.Gaia; assistente convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

HELOÍSA SANTOS

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

ISABEL ALEXANDRA LOPES

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

ISABEL MARIA FERNANDES

Bolseira de Doutoramento do Praxis XXI / Universidade do Minho

JORGE ARGÜELLO

Doutorado em História (pela Univ. de Oviedo) e bolseiro de pós-Doutoramento da *Fundación para el Fomento de la Investigación Científica Aplicada y Técnica del Principado de Asturias*

JORGE FORTUNA

Ecólogo (colaborador do Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos)

LAURA CASTRO

Mestre em História de Arte (Departamento de Museus e Património da Câmara Municipal do Porto)

MARCOS OSÓRIO

Arqueólogo (Câmara Municipal do Sabugal)

MIGUEL AREOSA RODRIGUES

Mestre em Arqueologia (Instituto Português do Património Arquitectónico/Porto; investigador do GEHVID)

PAULA BARREIRA ABRANCHES

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

PAULO DORDIO

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

RICARDO TEIXEIRA

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

SUSANA COSME

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

SUZANA FARO

Pós-Graduada em Museologia (Responsável pelo Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão)

THIERRY AUBRY

Doutorado em Arqueologia (pela Univ. de Bordéus) (Parque Arqueológico Vale do Côa)

Sumário

| | | | |
|--|----|--|-----|
| Introdução | 7 | CAPÍTULO III | |
| CAPÍTULO I | | CONSTRUÇÃO E ESPAÇO SAGRADO: | |
| CENTROS DE POVOAMENTO: | | UM PERCURSO PELA ARQUITECTURA RELIGIOSA | |
| UM PERCURSO PELAS VILAS MEDIEVAIS | | Património Religioso Edificado e Arte Sacra. | |
| Notas de viagem pelas vilas do Riba Côa e algumas vilas no Riba Douro | 15 | Registo de ocorrências discretas | 103 |
| I – Quatro antigas vilas que guardavam o Douro: | | <i>O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar</i> | 117 |
| Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva | 15 | | |
| II – No final do século XIII a aldeia de Torre de Moncorvo | | CAPÍTULO IV | |
| substituiu a vila de Santa Cruz da Vilarça | 18 | SABERES TRADICIONAIS: O BARRO, O FERRO E A SEDA | |
| III – Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa | 22 | A Olaria | 135 |
| IV – Vila Velha de Numão - Um projecto de investigação | | – A olaria de Felgar / Larinho | 136 |
| arqueológica em curso | 24 | – A olaria de Santa Comba / Barreira | 137 |
| V – Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo: | | A Olaria de Malhada Sorda | 141 |
| Longroiva, Muxagata e Meda | 30 | O trabalho do ferro | 144 |
| VI – Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna | | Olhares sobre a seda nas terras do Côa | 151 |
| de Marialva | 32 | | |
| VII – Da <i>penela</i> alto medieval de «Moraria» à vila fortificada | | CAPÍTULO V | |
| de Moreira de Rei | 36 | TERRAS DO CÔA: DOMINANDO A PAISAGEM | |
| VIII – A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento | | Património Natural do Vale do Côa: uma abordagem | 163 |
| com D. Isabel de Aragão | 38 | Senhora do Castelo de Urros | 166 |
| IX – Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão | | Senhora do Castelo da Adeganha | 168 |
| que passaram a ser uma só no Reino de Portugal | 41 | Senhora dos Montes Ermos | 170 |
| X – A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel | | Marialva | 173 |
| e o passo do Côa na Ponte Velha | 43 | Sabugal Velho | 174 |
| XI – A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira | | Caria Talaia | 176 |
| dos séculos XVII e XVIII | 51 | Sortelha | 178 |
| XII – A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de | | | |
| Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel | 55 | CAPÍTULO VI | |
| XIII – Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas | | TERRAS DO BAIXO CÔA: | |
| e duas vilas portuguesas | 59 | PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA | |
| | | As gravuras, a beleza e a liberdade | 183 |
| CAPÍTULO II | | O povoamento paleolítico da bacia do baixo Côa | 184 |
| O APROVEITAMENTO DE RECURSOS E A CONSTRUÇÃO | | Do fim do Paleolítico à aquisição da Escrita no Baixo Côa | 190 |
| DA PAISAGEM: UM PERCURSO PELAS QUINTAS | | A arte do Côa e Alto Douro e o Centro Nacional de Arte | |
| Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior | 77 | Rupestre (CNART) | 196 |
| O Côa, as quintas e o povoamento romano subjacente | 85 | Ler na Paisagem Contemporânea Paisagens Medievais e Modernas | 202 |
| – As Quintas | 85 | Das Escavações arqueológicas ao Museu de Sítio da Ervamoira: | |
| – Quintas, <i>villae</i> e povoamento em época romana | 87 | um programa global de investigação multidisciplinar | 205 |
| – Outras modalidades do povoamento romano | 90 | Projecto de Investigação Arqueológica do Território do Monte | |
| – Percursos | 92 | do Castelo (Almendra) | 209 |



Capítulo II

O aproveitamento de recursos
e a construção da paisagem:
um percurso
pelas quintas

Gaspar Martins Pereira
Ricardo Teixeira

O CÔA, AS QUINTAS E O POVOAMENTO ROMANO SUBJACENTE

Entremos no Vale do Côa ou, do outro lado do Douro, no Vale da Vilarça.

Se é Verão, as temperaturas podem ser violentíssimas e a secura da paisagem, com os leitos das ribeiras por vezes transformados em estradas pedregosas, levam-nos a sentir como a água constitui, nestas paragens, um recurso tão vital quanto raro. Os índices de precipitação anual chegam a ser tão baixos que só encontram paralelo nas zonas mais secas e interiores do Alentejo. Contraste forte se o percurso e a estadia se realizam no Inverno, em Dezembro ou Janeiro - frio intenso e seco, geadas e temperaturas negativas.

Às amplitudes climáticas do ciclo anual juntamos outras imagens de contrastes que fazem a riqueza e variedade desta paisagem repartida entre o Douro Superior e a Beira Interior. Montanhas e planaltos profundamente marcados pela erosão, escarpas, vales profundos e encaixados, veigas abertas, xistos e granitos e uma linha de fractura geológica percorrendo o Vale da Vilarça e o Vale da Vila, junto a Foz Côa. Terra Quente e Terra Fria, dois microclimas e nichos ecológicos interpenetrantes. O primeiro avança nas terras baixas e ao longo dos vales. É o *facies* mediterrânico com a típica associação de culturas: amendoeiras, laranjeiras, figueiras, oliveiras, e a vinha, com uma área considerável integrada na região demarcada do Alto Douro. Nos vales férteis e regadios e em volta das povoações, a horticultura. As terras altas e mais frias, encontram-las vocacionadas para o pastoreio, a cultura do centeio e da batata.



Fig. 1 – Quinta da Canameira, Meda.
(Fot. do autor)

Numas e noutras, densidades populacionais baixas, vazios contemplados e sentidos, entrecortados, por elementos que de uma forma mais evidente denunciam a presença humana - o longínquo casario duma povoação, uma estrada serpenteando pela encosta, um pombal, o aglomerado de edifícios de uma Quinta... Aqui a força da Natureza impõe-se-nos: o clima, as formas do relevo ou a qualidade do solo são factores da paisagem que condicionam as actividades humanas e o modo como os homens se distribuem pelo território. Hoje como Ontem.

As Quintas

Procurando apreender num relance a estrutura do povoamento e a sua hierarquia apercebemo-nos de certos aglomerados principais, cidades e vilas, que constituem agora sedes de concelhos - T. de

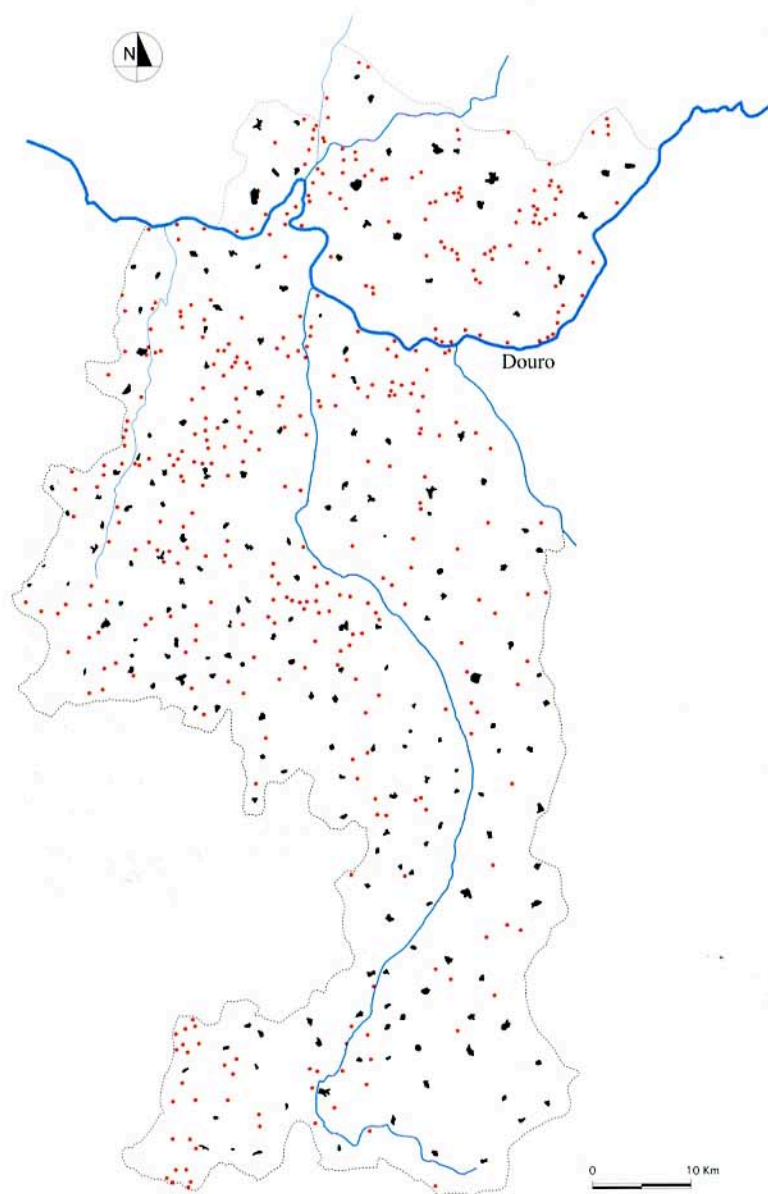


Fig. 2 – Mapa 1. As quintas (pontos vermelhos) distribuem-se pelo território numa teia que envolve os aglomerados principais, vilas e aldeias (a preto). (Des. do autor)

Moncorvo, Freixo de Espada-à-Cinta, V.N. de Foz Côa, Meda, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Almeida, Sabugal - e à sua volta, no seu termo, uma teia de aldeias, aglomerados compactos e arruados, com estrutura urbana, tendo algumas já sido sede de extintos concelhos...

Podemos afirmar que a aglomeração é pois a expressão principal do povoamento regional. Mas o quadro não fica completo sem olharmos também as Quintas, essa forma complementar de ocupação do espaço rural que por toda esta região pontua a paisagem, preenchendo os espaços vazios entre as aldeias.

Unidade isolada, a quinta constitui, além de uma forma de habitar própria, um modelo de propriedade, uma forma de gerir e explorar os recursos agro-pecuários, de organizar o parcelário rural, de dispor as construções e os edifícios. Compreende um domínio fundiário, uma exploração de média ou grande dimensão, polarizado num conjunto de edifícios em que se destaca a residência do proprietário - permanente ou sazonal - a habitação do caseiro e da sua família e as instalações directamente relacionadas com a produção agro-pecuária, conforme a sua vocação: lagar, adega, celeiro, armazéns diversos, estábulos para os animais, pombal...

Vistos à distância, diríamos que estes núcleos de edifícios, dispostos ou abertos para um pátio ou terreiro frontal, geralmente com algum arvoredo de porte, quase parecem aldeias embrionárias. É até provável, já que o assunto não foi ainda estudado em pormenor, que certas destas pequenas unidades, inicialmente isoladas, tenham estado na origem de alguns pequenos aglomerados actuais. Pelo menos é o que parecem sugerir os conjuntos de quintas de *quinteiros* da zona montanhosa das freguesias de Mós, Carviçais e Felgueiras, no concelho de Torre de Moncorvo. Mas este é um tipo muito particular de quintas, algumas das quais parecem ter-se constituído em finais do século passado e inícios deste, provavelmente relacionadas com o movimento de ocupação de baldios e as políticas cerealíferas da época. Outras são mais antigas e já se encontram referenciadas nos meados do século XVIII. Quando isoladas, compõe-se de uma casa agrícola de piso térreo com parte de habitação, forno, currais, espaços cercados para o gado e uma eira. Estas cons-

truções são em geral pobres, de alvenaria de xisto, com cobertura de telha ou de colmo. Por vezes formam pequenos aglomerados que resultam da associação de várias unidades familiares abrindo-se para um espaço central comum, dispostas à volta de uma eira, como se verifica na Quinta do Pisão e nas Quintas de Centeeiras, em Mós, ou nas Quintas de Felgueiras (PARM 1984).

Com isto vemos já que o termo quinta adquire nesta região um sentido bastante abrangente, designando realidades muito distintas unidas pelo conceito comum de exploração agrícola com casa própria, isolada das povoações, por mais modestas que sejam as suas instalações. Uma forma e uma modalidade de ocupação do espaço, com muitas variantes. Cabem aqui tanto a típica Quinta do Douro, de grandes recursos, com casa apalaçada de arquitectura erudita e capela privativa, como as unidades mais modestas, ligadas a um segmento económico de produção vocacionado para a cultura cerealífera e o pastoreio, sobretudo de gado ovino e caprino. Só assim se entende a densidade de quintas que o nosso mapa revela (MAPA 1).

Mas aquilo que agora apreendemos como uma realidade estática, a estrutura e distribuição das quintas, é bem mais dinâmica, com uma profundidade histórica que por ora ainda nos escapa, bem como o papel dos agentes do povoamento no passado: rei, senhores, camponeses e mosteiros como os de Santa Maria do Bouro, Santa Maria de Aguiar e S. João de Tarouca, que aqui possuíam vastas propriedades e granjas.

O processo de alteração da paisagem é contínuo, como agora mesmo está ocorrendo com a plantação de grandes áreas de vinha e com a constituição de novas ou renovadas quintas, na posse de novos proprietários.



Fig. 3 – No planalto, a quinta de arquitectura tradicional. (Fot. do autor)

Quintas, *villae* e povoamento em época romana

São muitas as vias possíveis que podemos seguir para, de alguma forma, relacionar as Quintas com os estabelecimentos de época romana revelados pela arqueologia. É de facto no perímetro destas quintas, nos seus domínios, que vamos agora encontrar a maioria dos sítios arqueológicos de época romana da região. Estes locais, geralmente revelados no decurso de trabalhos agrícolas, caracterizam-se pelo aparecimento de fragmentos de cerâmica e de telha, moedas, mós, pedras de construções, capitéis, bases e fustes de colunas, e encontram-se muito frequentemente referenciados na bibliografia arqueológica com o próprio nome da Quinta em que se inscrevem: Quinta de Vila Maior (Torre de Moncorvo), Quinta de S. Caetano (Freixo de Espada-à-Cinta), Quinta de Santa Maria de Ervamoira (Vila Nova de Foz Côa), Quinta do Prado (Trancoso), Quinta de S. João (Meda), Quinta da Póvoa (Figueira de Castelo Rodrigo), Quinta

de S. Domingos (Sabugal)... Tal relação, entre Quinta e habitat romano, nada tem de extraordinário. Salvo as áreas adjacentes às vilas e às aldeias, é às Quintas que pertence a maioria do espaço deste território. É na Quinta portanto, nos seus terrenos, nos seus vastos domínios que predominantemente se encontram os sítios arqueológicos romanos, como também os de outras épocas. Muitas vezes são os próprios terrenos ou parcelas agrícolas das quintas baptizados com nomes que revelam esta presença, já notada, de vestígios arqueológicos: Olival dos Telhões, Olival dos Pardieiros, Olival dos Berrões...

Por vezes a relação parece ser mais estreita ainda, havendo quase total correspondência de assentamento do núcleo principal da quinta, dos seus edifícios, com a área ocupada pelos vestígios romanos.

Como é evidente não devemos, nem pretendemos ver aqui forçosamente um qualquer processo de continuidade histórica entre a ocupação romana e a quinta actual. Mas, nestes casos ainda mais do que nos outros, aos olhos dos arqueólogos, no nosso imaginário de historiadores, surge necessariamente

essa afinidade que sem dúvida liga a nossa Quinta à *Villa* romana.

A *villa* romana corresponde genericamente a um tipo de grande propriedade englobando a casa abastada do proprietário, as instalações dos criados e trabalhadores, os anexos directamente relacionados com a exploração agro-pecuária, seja armazéns, adegas, celeiros, currais... Trata-se de um modelo presente em Roma e difundido em todas as províncias do Império, embora com muitas variações regionais, de escala e forma. Recorrendo aos termos latinos, a *villa* apresenta uma *pars urbana*, correspondente à residência abastada do proprietário, uma *pars rustica* onde se alojavam os criados, uma *pars fructuaria* com os anexos produtivos - lagar, celeiro, estábulos, forja... - e finalmente o respectivo *fundus*,



Fig. 4 – O rebanho. Quinta das Casas, Vila Nova de Foz Côa. (Fot. do autor)

ou seja, os campos cultivados, ou *agri*, as pastagens, ou *saltus* e os bosques, ou *silva*..

Entre nós, este modelo de *villae*, é relativamente bem conhecido, sobretudo no Sul do país, onde também a investigação está mais avançada. As *villae* de S. Cucufate (Vidigueira), Pisões (Beja) ou Torre de Palma (Monforte) são bons exemplos deste tipo de estruturas mais opulentas. Mas também no Norte, e em particular nesta região do Douro teriam existido *villae*, embora menos conhecidas por insuficientes trabalhos de pesquisa. A estação da Fonte do Milho (Peso da Régua) ou a de Tralhariz (Carrazeda de Ansiães) cuja monumentalidade das estruturas se adivinha pela riqueza decorativa dos mosaicos ocasionalmente descobertos, permanecem ainda exemplos isolados e insuficientemente conhecidos.

No vale do Côa não foi até agora identificado nenhum local que possamos inequivocamente reconhecer como *villa*, pelo menos deste tipo. Esse facto deve-se também sobretudo ao estado embrionário da investigação, pois não faltam pistas para o seu futuro reconhecimento.

Mas, salvaguardadas as diferenças próprias de contextos históricos tão afastados, não é difícil sentir a proximidade do modelo romano com algumas das mais ricas quintas da região, também elas com amplos e diversificados terrenos, com casa do proprietário (que em certos casos vive na cidade e só ocupa sazonalmente) e capela, a casa do caseiro e sua família, instalações para receber trabalhadores, mão de obra contratada em determinadas épocas - colheitas, vindimas..., e necessariamente os respectivos anexos agro-pecuários imprescindíveis ao bom funcionamento da exploração - armazéns, lagares, pombais, eiras...

A relação que podemos estabelecer não é pois de natureza histórica, de continuidade, mas de conceito. Uma forma semelhante de ocupar o espaço rural e de gerir os seus recursos.

O modo como o conjunto de edifícios de certas quintas se implanta no terreno, a sua cenografia, reforça ainda mais esta ideia. Localizadas geralmente junto dos melhores solos agrícolas, ou com especiais aptidões para determinado tipo de culturas, dispõem-se em plano levemente sobreelevado, sobranceiro aos campos, no fundo de vales e junto de linhas de água, mas suficientemente retiradas e ao abrigo de cheias ou enxurradas ocasionais. Para além das tradicionais noras e picotas para retirar água de poços, vemos também surgir agora, nas novas quintas que se vêm formando, pequenas represas de abastecimento privado.

Nesta região, nos espaços de ecologia marcadamente mediterrânica, onde a pluviosidade é baixa e a água é um recurso escasso, este é também um campo onde há toda uma arqueologia de prospecção por realizar e que é essencial para identificar pequenas barragens que certamente abasteceriam não só as *villae*, mas todos os outros tipo de habitats romanos.

As *villae*, como as cidades romanas, exigiam e dispunham de um sistema complexo de captação e distribuição da água. Aproveitada para as necessidades quotidianas da casa e dos campos, servia também para o abastecimento das termas privadas e dos conjuntos cenográficos de lagos e rêsuxos que completavam um ambiente de vida bucólica cujas virtudes os autores latinos tanto exaltaram.

Embora isolada, a villa mantém contudo uma estreita relação com o mundo urbano. A parte da residência senhorial (*pars urbana*) reproduz, por vezes com maior luxo e monumentalidade, o modelo da residência urbana rica, centrada em torno de um peristilo, aberto, com colunatas. Mas a *villa*, que deveria proporcionar o conforto e o luxo da vida urbana, era também uma exploração que visava a auto-suficiência e também a produção de géneros agrícolas e artesanais destinados aos circuitos comerciais duma sociedade essencialmente urbana. Quando, no fim do Império, com a instabilidade social, esta sociedade se ruraliza, algumas destas villas convertem-se em verdadeiros centros económicos e administrativos.



Fig. 5 – Quinta do Chão Dordem, Meda.
(Fot. do autor)

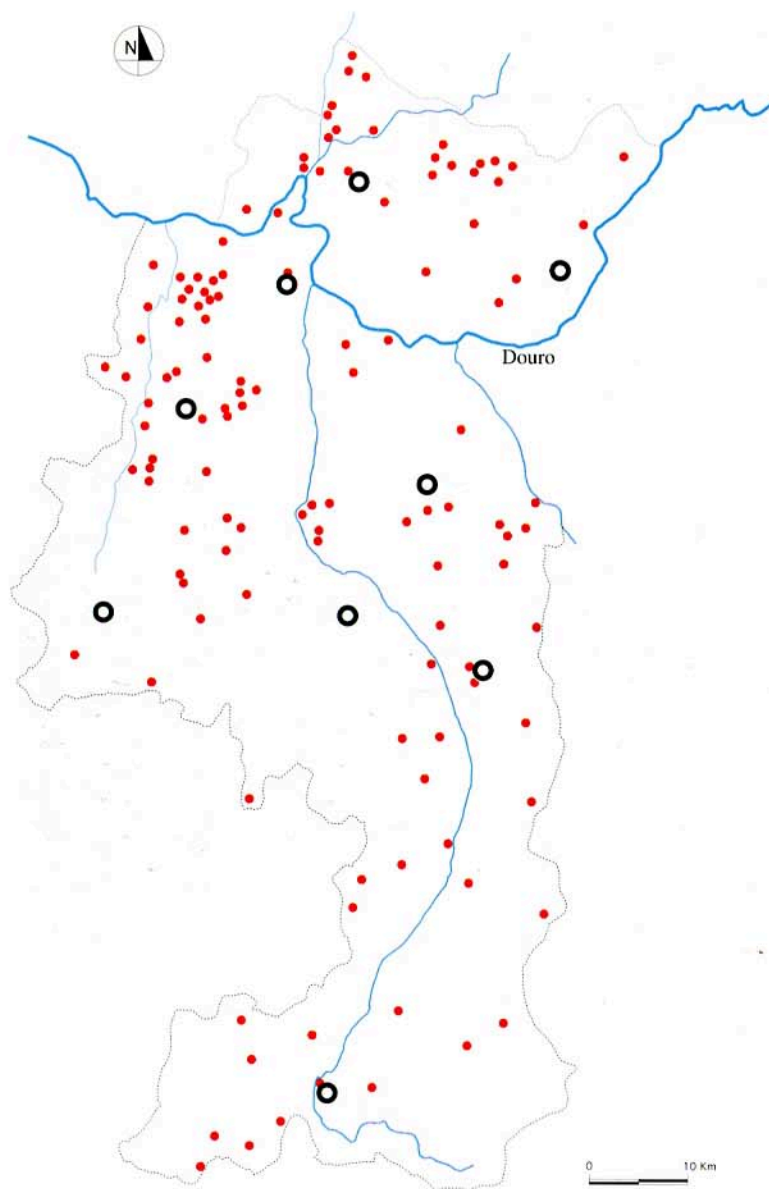


Fig. 6 – Mapa 2. Distribuição dos principais vestígios romanos (a vermelho). (Des. do autor)

Outras modalidades do povoamento romano

Os arqueólogos costumam entregar-se a um trabalho teórico, importante, que consiste em propor modelos de interpretação (ainda que provisórios) para os sítios inventariados, procurando inseri-los na rede de povoamento dum território, de acordo com o estatuto e função que poderiam ter desempenhado: *civitas*, *vicus*, *villa*, casal, povoado mineiro, *mutacio*... A caracterização é geralmente feita a partir dos vestígios observados à superfície, sem escavação, através da natureza dos materiais recolhidos (espólio: cerâmicas, mosaicos, epigrafia, ...etc.), pela sua área de dispersão e pela correlação com a rede viária e os locais já estudados. É um trabalho imprescindível para o avanço da investigação e para o conhecimento da forma como se processou a integração de determinado espaço regional na esfera imperial romana. Não é este o espaço nem o propósito deste texto. O que propomos serve apenas como enquadramento geral das possibilidades de interpretação de muitos sítios arqueológicos da região, localizados ou não nas quintas. Alguns poderão corresponder a *villae* mas a maioria traduzirá certamente outras formas de povoar e ocupar o território, próprias do mundo romano. O mapa que apresentamos, com a distribuição dos principais sítios onde se têm detectado vestígios desta época (MAPA 2) não é nem pode ser exaustivo¹, mas permite-nos verificar a importância do povoamento nesse vasto período de ocupação propriamente romana (séculos I-V) e dos tempos que imediatamente se lhe seguiram (sécs. VI-VII). A intensificação dos trabalhos de campo e da investigação permitirá identificar muitos outros e definir cronologias de ocupação e hierarquias de povoamento.

Recuando ao século I veríamos esta região integrar-se maioritariamente na Província da *Lusitania*, uma das em que Augusto dividiu a *Hispania*, com capital em Mérida (*Emerita*) e limite a Norte no Douro. Do outro lado do rio seria já a grande província *Tarraconensis*, sendo a capital do *Conventus* em Astorga (*Asturica Augusta*). A reorganização administrativa então operada traduziu-se também na criação ou definição de novos centros urbanos - *civitas* - que funcionaram para as comunidades indígenas como pólos

de atracção e agentes da romanização, e na delimitação dos territórios que as diferentes *civitates* capitaneavam. Conhecemos o nome de algumas destas *civitates* que, por contribuírem para a construção da famosa ponte de Alcântara, tiveram o seu nome aí inscrito. Cruzando as fontes clássicas, os dados da epigrafia, da rede viária e da distribuição de estações romanas, J. de Alarcão tem vindo a propor a localização das diversas *civitates* e sua distribuição pelo território. Na região que nos ocupa localizavam-se provavelmente, de Sul para Norte, os *Lancienses Transcudani*, *Aravi*, *Meidubrigenses* e *Banienses*. Cada uma das *civitates* possuía um território estabelecido e um núcleo urbano capital.

Os *Lancienses Transcudani* ficariam entre as serras da Malcata e da Marofa, localizando-se a sua sede provavelmente na zona do Sabugal ou Almeida (ALARCÃO 1988: 41-43). Mais a Norte situavam-se os *Aravi* que ocupariam a zona de Marialva onde se encontrou uma ara consagrada a Adriano pela *Civitas Aravorum* (JALHAY 1950). Junto ao Douro os *Meidubrigenses*, na zona da Meda. A capital seria para alguns autores o castro de Ranhados, para outros o castro de S. Jurjo.

A localização da *civitas Baniensium*, também referida na inscrição da ponte coloca dificuldades acentuadas devido a que foi encontrada uma ara dedicada a *Iovi Optimo Maximo civitati Baniensium* (CIL, II, 2399) no Baldoeiro (Moncorvo, Vale da Vilarica), reutilizada numa capela medieval. A localização dos Banienses a Norte do Douro implicaria a extensão da província da Lusitânia para essa mesma margem para os englobar, o que não parece facilmente aceitável. O achado da inscrição é uma nitida reutilização, não havendo no local quaisquer vestígios romanos. Se é difícil admitir que a inscrição tenha sido trazida desde a outra margem, uma outra hipótese é que ela, embora fazendo referência aos Banienses estivesse colocada num local de culto (templo/santuário) situado do outro lado.

Se assim for há que procurar espaço para localizar esta *civitas* entre as já identificadas na margem Sul e procurar-lhe também uma capital.

É de prever encontrar em cada uma das *civitas* desta região estruturas urbanas importantes, adequadas ao estatuto de centro administrativo, comercial e religioso que deviam possuir. Espaço urbanizado, com casas e edifícios públicos, termas, templos, eventualmente um teatro ou um anfiteatro e necessariamente o *forum*, centro cívico do *modus vivendi* romano.

Mas para além das cidades capitais de *civitates* existiriam outros núcleos urbanos menos importantes os *vici*, podendo corresponder a aglomerados relativamente extensos e economicamente dinâmicos, situados próximo das vias. Em Coriscada (Meda) encontrava-se um destes *vici*, documentado através duma ara dedicada a Júpiter erigida pelos habitantes (*vicani*). Infelizmente não é possível reconhecer completamente na inscrição o nome do povoado (ALARCÃO 1988: 4/91). O povoado da Quinta de Vila Maior, em Torre de Moncorvo, terá sido também um *vicus* e é de esperar que outros mais venham a ser revelados pela investigação arqueológica.



Fig. 7 – Vale da Vila, Vila Nova de Foz Côa. As recentes plantações de vinha introduzem novos traços na topografia e na paisagem da região. (Fot. do autor)



Fig. 8 – Quinta do Carrascal, no Vale da Vilarça. (Fot. do autor)

A densidade e importância dos vestígios detectados em Torno de Freixo de Numão (COIXÃO 1996) deixa também supor a existência de um núcleo importante, um lugar central, *civitas* ou *vicus*, embora ainda insuficientemente documentado.

Para além dos centros administrativos e populacionais do tipo *civitas* e *vicus*, e da exploração dos recursos agrícolas em estruturas do tipo *villa* ou casal, alguns dos vestígios reconhecidos só serão inteligíveis na sua relação directa com a rede viária romana (*mutacio*, *mansio*), articulando-se outros com a exploração de recursos regionais de diferente natureza, como as nascentes termais de Longroiva, Ariola e Bem Saúde, e as importantes jazidas mineiras de ferro da região da Serra do Reboredo (Torre de Moncorvo)². A exploração de jazidas de chumbo, na margem Sul do Douro, também terá tido suficiente expressão económica em época romana para que Plínio se referisse a ela associando-a à cidade de Medubriga (TRANOY 1990: 17).

Percursos

Mais do que um roteiro ou um itinerário propriamente dito propomos aqui um olhar sobre alguns sítios com vestígios romanos, com destaque para os que se localizam em quintas da região, como uma forma de enriquecer, aos olhos de quem a percorre, a leitura histórica desta paisagem.

Apresenta-se um primeiro conjunto de locais com vestígios romanos que foram ou estão a ser escavados e que são visitáveis. Um segundo, constitui um percurso pelo Vale da Vilarça. É uma breve leitura da paisagem arqueológica, das quintas e dos seus vestígios romanos ainda não explorados.

1. Locais com estruturas visíveis

Templo romano da Torre de Almofala

Conhecida como Casarão da Torre ou Torre dos Frades, ergue-se no alto de uma colina aplanada, na freguesia de Almofala, concelho

de Figueira de Castelo Rodrigo, encontrando-se classificada como Monumento Nacional desde 1977. As mais antigas referências conhecidas designam-na como *Turrís Aquilaris*, e encontram-se em diplomas do século XII do mosteiro de Santa Maria de Aguiar, ao qual pertencia. A povoação que aí se desenvolveu contava 21 fogos em 1527 e terá sido abandonada, como a Torre, na sequência das destruições da Guerra da Restauração.

Desde 1989 que decorre um projecto de estudo e recuperação do imóvel por parte do IPPAR, incluindo intervenção arqueológica a cargo de Helena Frade (FRADE 1990). A torre é de facto uma adaptação da base ou *podium* de um antigo templo romano de planta clássica com *cella* rectangular e vestíbulo colunado onde seria cultuado um deus do panteão latino, por enquanto desconhecido.

A estrutura conservada, de planta rectangular, com cerca de 16 m de comprimento por 8 de largura, é constituída por um podium de grandes silhares com uma altura superior a 2 m e uma cornija moldurada, elevando-se ainda a cerca de 8 m de altura a parede romana do lado poente, de aparelho de xisto e cunhais de granito. A parede do lado oposto é um acrescento mais recente, provavelmente do século XVI-XVII, construída no local onde havia a escadaria de pedra, de acesso ao templo, conforme os alicerces agora postos a descoberto.

Aguardamos pelas conclusões finais do estudo que ainda decorre, mas desde já nos poderemos interrogar sobre o estatuto do povoado em que este templo se insere, possivelmente num *forum* de uma povoação importante, *vicus* ou *civitas*?

Quinta de Santa Maria de Ervamoira

Localizada na freguesia de Muxagata do concelho de Vila Nova de Foz Côa, a Quinta de Santa Maria, rebaptizada de "Ervamoira", constitui hoje uma das mais modernas explorações vitícolas do Douro. Desde 1975, a firma Adriano Ramos-Pinto, Vinhos SA, proprietária da Quinta, converteu as velhas searas em vinhas. Neste processo foi em 1984 identificado um sarcófago medieval que esteve na origem de um projecto de investigação arqueológica desde então conduzido por Gonçalves Guimarães e Graça Peixoto. A área arqueológica localiza-se afastada da Casa da Quinta numa área de xistos, na vertente leste de um outeiro virado para o Rio Côa que aqui descreve um meandro. Dominando uma fértil veiga na margem do rio, o sítio possui um elevado valor estratégico junto ao atravessamento a vau do Côa, na ligação entre Chãs e Castelo Melhor.

As escavações têm vindo a permitir identificar as modalidades da ocupação do sítio, desde o período tardo-romano, alti-medieval e medieval. As construções romanas, interpretadas como uma possível *mutacio*, de apoio à via que neste local atravessava o Côa, terão visto suceder-se já em tempos medievais um



Fig. 9 – Quinta do Monte Meão, Pinhel.
(Fot. do autor)

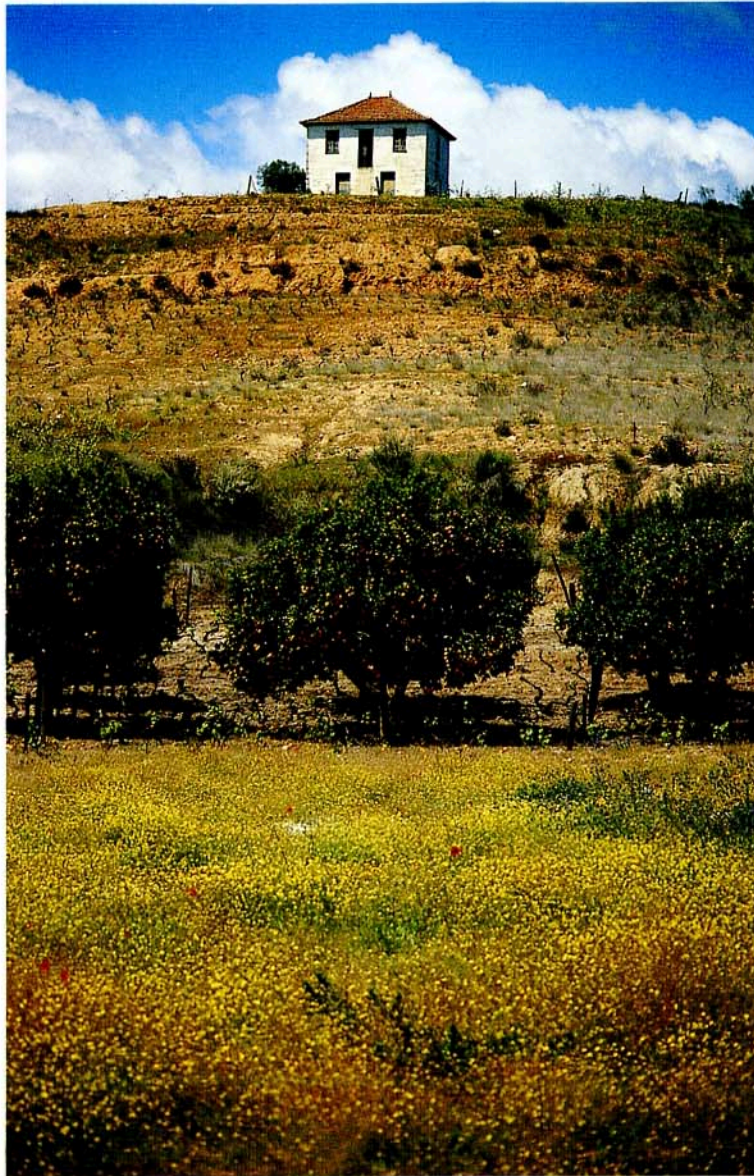


Fig. 10 – Laranjal no Vale da Vilariça. (Fot. do autor)

templo cristão a que estariam associados o sarcófago e sepulturas escavadas na rocha, e contextos habitacionais do século XIII associados a uma ferraria medieval (GUIMARÃES 1995). Para além da musealização das ruínas, o espólio tardo-romano e medieval descoberto - cerâmicas comuns e de luxo, moedas e outros objectos metálicos - encontram-se agora expostos num Museu de Sítio em que se converteu a "Casa Velha" da Quinta, integrados numa mostra do Património Natural e Cultural da região e da própria Quinta.

Aldeia Nova / Olival dos Telhões

Caracterizado como uma vasta área de dispersão de vestígios à superfície do solo, fica este local situado no sopé do Monte Castelo, ou Castelo Calabre (freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa), sítio tradicionalmente apontado como a sede do bispado visigótico de *Caliabriga*. Com o objectivo de esclarecer essa hipotética relação está actualmente em curso um projecto de investigação da responsabilidade de Susana Cosme que inclui escavações arqueológicas (ver cap. 6, p. 209). As campanhas realizadas em 1996 e 1997 permitiram a descoberta de várias estruturas construtivas, de aparelho de xisto e cunhais de silhares graníticos, e um pavimento de *opus signinum*, apontando o espólio associado para uma cronologia tardo-romana, do século IV, prolongando-se numa ocupação alti-medieval.

A área arqueológica de Freixo de Numão

Em torno de Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, localiza-se um conjunto de importantes sítios romanos que têm vindo a ser prospectados e escavados por Sá Coixão (COIXÃO 1996) e que agrupamos aqui num circuito de visita comum (COIXÃO 1997) que deve passar pelo Museu da Casa Grande, em Freixo de Numão, onde se depositam os espólios destas estações. O próprio espaço do Museu é um sítio arqueológico musealizado

devido à descoberta de importantes estruturas romanas com colunata, onde se incluem um celeiro e uma área de serviços com forja, ferragem, moagem e tecelagem (COIXÃO 1997: 37).

Sítio do Prazo

Conjunto notável, mas complexo, de construções evidenciando várias fases de ocupação, desde o século I à Baixa Idade Média. Do primeiro momento (sécs. I-II) os edifícios incluem uma provável zona termal, tendo sido recolhidas muitas cerâmicas da época, moedas e uma ara votiva dedicada a Júpiter. A ocupação dos séculos III-V encontra-se documentada em acrescentos e remodelações dos espaços, alguns com pavimentos de *opus signinum*, e no achado de um significativo conjunto de moedas. A construção de um templo cristão e os enterramentos em sepulturas estruturadas com lajes ou em sarcófagos antropomórficos marcam a fase final que desde a alta Idade Média se prolonga até aos séculos XIV-XV (COIXÃO 1997).

Rumansil

Com ocupação do séc. III, foram identificados dois edifícios ligados por um alpendre, incluindo zonas diferenciadas de cozinha, celeiros e moagem, oficina de metalurgia, lagar e armazém de vinho e dois fornos de produção de cerâmica.

É colocada a hipótese de se tratar da *pars rustica* de uma *villa* cuja casa do proprietário se deve localizar a escassas centenas de metros, no local designado de Rumansil II, ainda não escavado (COIXÃO 1997).

Zimbro

Estrutura complexa, alongada, com vários compartimentos que poderão corresponder também à *pars rustica* de uma *villa* cuja *pars urbana* estaria situada nas proximidades.

Além dos espaços correspondentes à cozinha, forja e moagem, foi identificada uma zona de tanques em *opus signinum* de difícil interpretação funcional, colocando-se a hipótese de estarem relacionados com a produção de algum preparado de peixe, tão ao gosto romano, visto terem sido recolhidas conchas de ameijoas do rio no seu interior (COIXÃO 1997). O local terá sido ocupado entre os séculos I/II até ao VI.



Fig. 11 – Templo romano da Torre de Almofala.
Figueira de Castelo Rodrigo.

2. Um percurso pelo Vale da Vilarça: as Quintas e o povoamento romano

Quinta da Vila Maior

O Vale da Vilarça, com os seus solos de elevado valor agrícola, constitui um pólo de concentração de habitats de época romana, dispersos pelo vale, mas evitando as zonas de cheia³, como as quintas actuais, algumas delas assentes em estruturas dessa época. Ladeando o vale, nas encostas que dão para os planaltos da Adeganha e da Lousa, vários povoados fortificados da Idade do Ferro, alguns dos quais também conheceram ocupação romana e medieval.

Percorrendo o Vale, de Sul Para Norte, destaca-se em primeiro lugar a Quinta da Vila Maior, situada na margem direita, junto à Ribeira dos Cavalos. Daqui se conhecem importantes vestígios romanos, entre elementos de colunas, silhares almofadados reutilizados na eira, duas epígrafes funerárias e uma vasta extensão de dispersão de cerâmicas romanas - comuns, *sigillatas*, *dolia*, *tegulae*, *imbrex* - e medievais, tal como vários núcleos de sepulturas escavadas na rocha. A área central da estação arqueológica coincide com a dos edifícios da quinta, alargando-se para Sul ao longo de uma plataforma artificial que devia nivelar as construções, alteando-as e colocando-as ao abrigo das cheias (PARM 1991).

O local fica ainda sobranceiro e relativamente próximo do que seria um eixo viário romano que percorria longitudinalmente o vale. Poderíamos estar em presença de uma *villa*, mas uma epígrafe recentemente descoberta permite antes classificar o sítio como um *vicus*.

Um pouco mais a Norte, na outra margem da Ribeira da Vilarça a capela da Senhora da Conceição/Roncal, situada entre as Quintas



Fig. 12 – Quinta da Vila Maior, Vale da Vilarça. A área arqueológica romana envolve as casas e o olival junto a elas. (Fot. do autor)

da Portela e da Silveira, alberga, reutilizadas nos seus paramentos, várias estelas funerárias romanas para aí deslocadas de alguma necrópole dos povoados desta zona do vale.

Percorrendo a E.N. em direcção a Vila Flor deparamos à direita com o conjunto dos edifícios de outra Quinta.

Quinta da Terrincha

Nos terrenos desta quinta, que se encontra referenciada como tal desde pelo menos o século XV, inscrevem-se alguns dos mais importantes elementos romanos do vale. Do Olival dos Pardieiros provêm duas lápides funerárias romanas (SANTOS JÚNIOR 1978). De um outro olival - Olival das Fragas - situado no sopé do povoado fortificado da Senhora do Castelo (Adeganha) detecta-se uma extensa área de dispersão de vestígios entre grossos paredões de pedra miúda. Recolheram-se fragmentos de *tegulae*, *dolia*, pesos

de tear, cerâmica comum romana, *terra sigillata* e cerâmica de características medievais. Além da ocupação entre os séculos I e V d.C., os fragmentos de sarcófagos antropomórficos confirmam a presença medieval neste espaço.

Uma paisagem com história

Se bem que desde há muito tempo se conheça a riqueza patrimonial e histórica da região, só agora, com a descoberta das gravuras rupestres do Côa, o seu estudo parece finalmente ganhar um novo impulso, gerando o interesse mais sistemático dos investigadores e a atenção do público em geral. Desde a ocupação Pré-Histórica do vale, nas suas múltiplas manifestações - habitats, povoados e arte, - passando pelos povoados fortificados da Idade do Ferro, a diversidade do povoamento e a estrutura do habitat de época romana e alti-medieval, os castelos da Reconquista, as aldeias e as vilas que desde a Baixa Idade Média estruturam o povoamento e a ocupação do espaço, há todo um vasto património que esta paisagem encerra e traduz.

Estamos de facto perante uma paisagem "histórica", construída e transformada ao longo de milénios, que conserva, esconde mas também revela, as marcas de sucessivas gerações. É e deve ser uma paisagem património. Singulariza-se também porque a presença e a leitura das anteriores paisagens históricas sobressaem aqui com mais evidência e força, fruto das actuais formas de ocupação do espaço - com povoamento predominantemente aglomerado e amplos espaços "vazios" que a sangria humana e a desertificação vieram ainda acentuar.

Façamos votos para que estas mais-valias mobilizem recursos, interesses e investimentos que contribuam para alicerçar o futuro desenvolvimento da região.

Entretanto resta-nos partir à descoberta desta paisagem diversificada e senti-la perdendo-nos nos seus múltiplos percursos.

Ricardo Teixeira

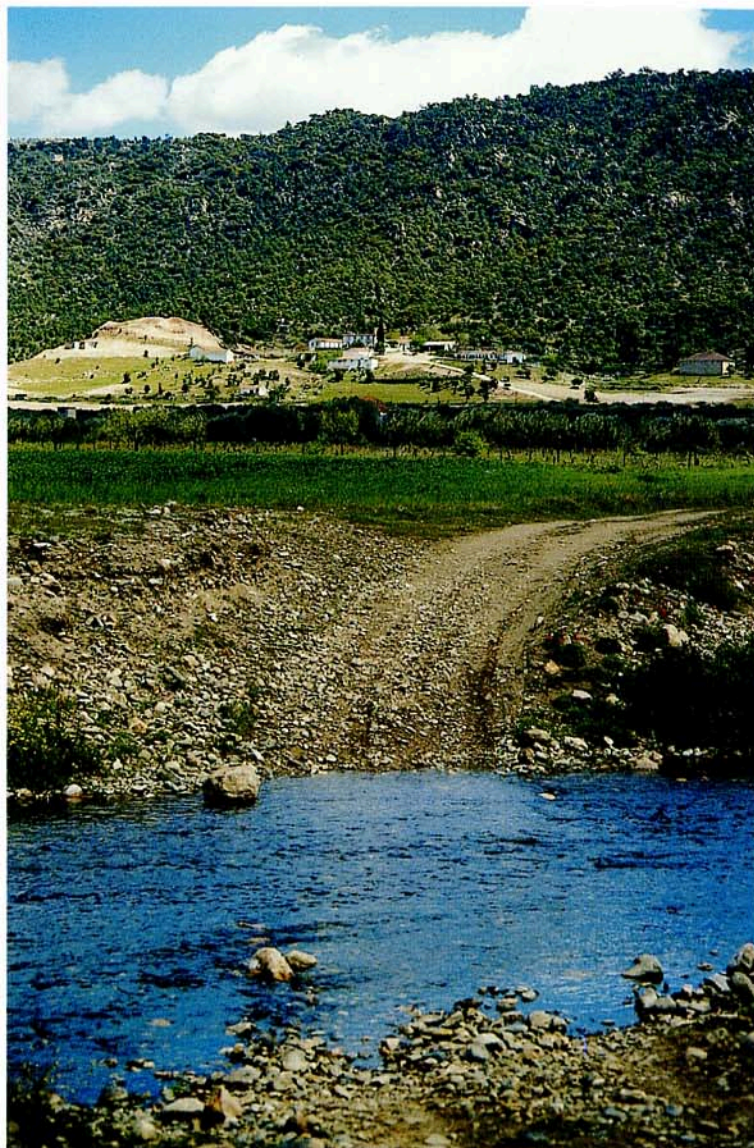


Fig. 13 – Próximo da Ribeira da Vilariça, mas no rebordo da encosta, os edifícios da Quinta da Terrincha. (Fot. do autor)

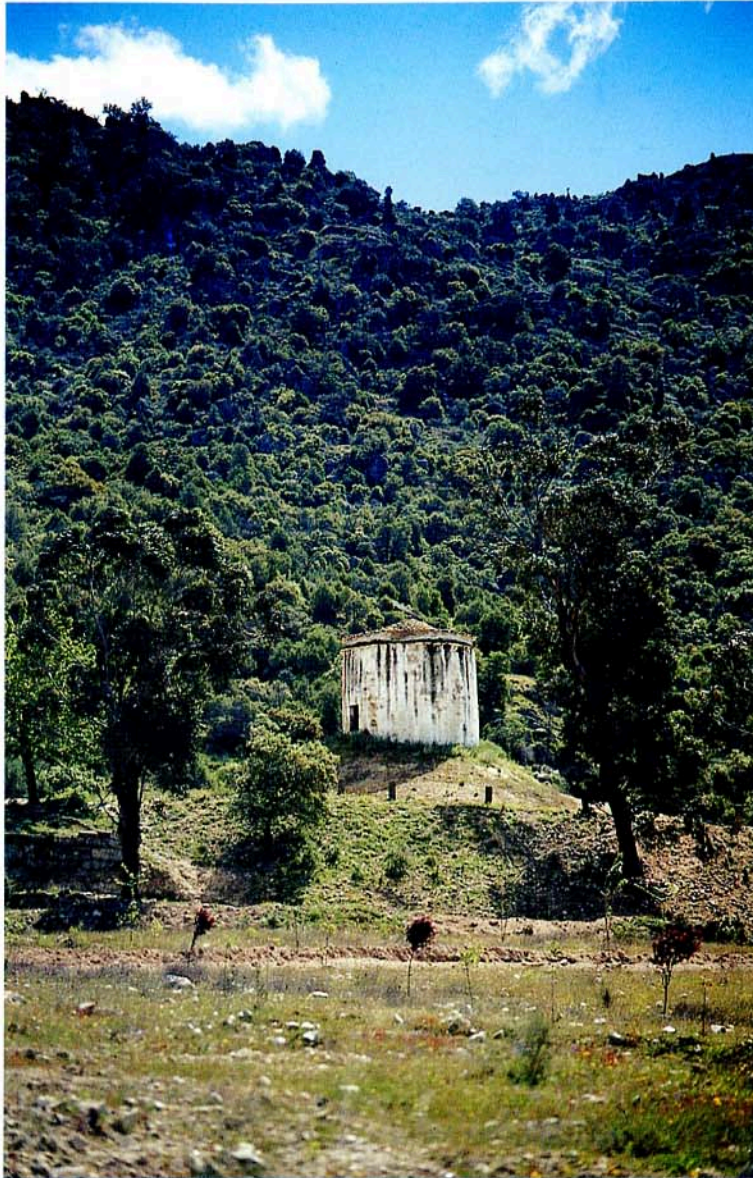


Fig. 14 – Pombal da Quinta da Terrincha. De localização estudada e proeminente, os pombais pontuam a paisagem da região, muitas vezes em associação directa com as Quintas. (Fot. do autor)

Bibliografia

- AAVV 1990 – *Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires*. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988). Collection de la Maison des Pays Ibériques, n° 42. Paris, Éditions du CNRS, 1990.
- ALARCÃO 1988 – ALARCÃO, Jorge de - *Roman Portugal*. 4 vols., Aris & Phillips LTD, Warminster, England, 1988.
- ALARCÃO 1997 – ALARCÃO, Adília (dir.) - *Portugal Romano: A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1997.
- ALARCÃO 1990 – ALARCÃO, Jorge - *Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios*. in "Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires". Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988), Collection de la Maison des Pays Ibériques, n° 42. Paris, Éditions du CNRS, 1990, p.21-34.
- COIXÃO 1996 – COIXÃO, A. do Nascimento Sá - *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal, 1996.
- COIXÃO 1997 – COIXÃO, A. do Nascimento Sá - *Um projecto. A investigação, a musealização e um circuito: Freixo de Numão 1980-1996*. Freixo de Numão, A.C.D.R., 1997.
- FERREIRA 1969 – FERREIRA, J. A. Pinto - *A propriedade no antigo concelho de Freixo de Numão*. Lisboa, 1969.
- FRADE 1990 – FRADE, Helena - *Novos elementos sobre o templo romano de Almofala*. "Conimbriga", 29, 1990, p.91-101.
- GORGES 1990 – GORGES, Jean-Gérard - *Villes et Villas de Lusitanie (Interactions, échanges, autonomies)* in "Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires", Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988), Collection de la Maison des Pays Ibériques, n° 42. Paris, Éditions du CNRS, 1990, p.91-113.
- GUIMARÃES 1995 – GUIMARÃES, Gonçalves - *Arqueologia do Vale do Côa - A estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira*. Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular in "Trabalhos de Antropologia e Etnologia", Vol 35 (4), Porto, 1995, p.569-574.
- JALHAY 1950 – JALHAY, E. - *Inscrições romanas do Museu da Guarda*. "Brotéria", 50, 1950, p. 567-570.
- LEMOS 1993 – LEMOS, Francisco de Sande - *Povoamento Romano de Trás-Os-Montes Oriental*. (Tese de Doutoramento policopiada, Braga: Universidade do Minho, 1993).
- MAIA 1977 – MAIA, Manuel - *Vilas romanas do território interamiense*. "Arqueólogo Português", Lisboa, 3ª série, 7-9, 1974-1977, p. 209-213.

- MAIA 1977a – MAIA, Manuel - *Vias romanas no território interamniense*. "Arqueólogo Português", Lisboa, 3ª série, 7-9, 1974-1977, p. 215-226.
- PARM 1983-86 – ALMEIDA, Jorge; AMARAL, Paulo; GOMES, Paulo Dordio; HENRIQUES, Joaquim; LEAL, António; LIMA, Alexandra; REBANDA, Nelson; RODRIGUES, Miguel; TEIXEIRA, Ricardo - *Carta Arqueológica do concelho de Moncorvo*. Moncorvo: Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, 1983-86 (trabalhos dactilografados)
- PARM 1984 – GOMES, Paulo Dordio; REBANDA, Nelson; RODRIGUES, Miguel - *Quintas e Quinteiros da região de Moncorvo*. Moncorvo: Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, 1984 (trabalho dactilografado).
- PARM 1991 – LIMA, Alexandra; GOMES, Paulo Dordio; ; TEIXEIRA, Ricardo - *Trabalhos Arqueológicos na Quinta da Vila Maior*. Moncorvo: Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, 1991 (trabalho dactilografado)
- REBANDA 1981 – REBANDA, Nelson H. C. - *Subsídios para a Carta Arqueológica de Torre de Moncorvo*. Moncorvo, 1981 (trabalho dactilografado).
- RIBEIRO 1991 – RIBEIRO, Orlando - *Opúsculos Geográficos - O mundo rural*, vol. IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- VASCONCELLOS 1896 – VASCONCELLOS, José Leite de - *Inscrição romana de Moncorvo*. "O Archeologo Português", vol. II, 1896, pp. 134-135 e 168-172.
- SANTOS JÚNIOR 1978 – SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos - *Estação arqueológica do Olival das Fragas, Quinta da Terrincha, Vilarça, Moncorvo*. "Trabalhos de Antrologia e Etnologia" vol. XXIII, nº 2-3, 1978, pp. 235-251.
- TRANOY 1990 – TRANOY, Alain - *L'organisation urbaine dans le Conventus Scallabitanus*. in "Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires", Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988), Collection de la Maison des Pays Ibériques, nº 42, Paris, Éditions du CNRS, 1990, p.11-20

Notas

- ¹ O mapa teve por base o apresentado por Jorge Alarcão (ALARCÃO 1988) enriquecido com informações dos estudos de Sá Coixão (COIXÃO 1986) Sande Lemos (LEMOS 1993) e Projecto Arqueológico de Região de Moncorvo (PARM 1983-86).
- ² No Museu do Ferro e da Região de Moncorvo, em Torre de Moncorvo, expõem-se materiais de sítios romanos ligados à exploração do ferro, como o de Vale de Ferreiros.
- ³ A proverbial fertilidade dos campos do Vale da Vilarça advém-lhe das cheias que periodicamente depositavam novos sedimentos aluviais, fenómeno designado de *rebofas*.